



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

De volta ao jogo

Jefferson Rudy/Agência Senado



O ex-senador José Antonio Reguffe, que está sem filiação partidária desde 2022, anunciou que vai se filiar ao Solidariedade. Autor do manifesto *Grito pelo Brasil*, ele defende a construção de uma alternativa à atual polarização na política nacional. Reguffe foi o deputado federal proporcionalmente mais votado do país em 2010 e se elegeu senador em 2014, com 826.576 votos, a maior votação da história do DF em eleições para o Senado de um voto só. “Não existe partido perfeito, mas precisamos urgentemente criar uma alternativa para o país fora dessa polarização”, afirmou Reguffe.

Manifesto

No manifesto que intitulou de *Grito pelo Brasil*, Reguffe afirma que o Brasil vive uma polarização que vem fazendo mal ao país. “Não se discutem projetos nem um programa sério para o futuro do país. Um lado só sabe falar mal do outro. Precisamos ultrapassar este momento triste da história do Brasil e conseguir oferecer ao país uma alternativa à essa polarização, que afasta irmãos, divide famílias e que não oferece ao país um projeto verdadeiro de desenvolvimento nacional com visão de longo prazo”, defende. E avalia: “Eles acham que o Brasil se resume a eles. Não conseguimos compreender que existe uma parcela de brasileiros que simplesmente não se considera representada em nenhum desses dois lados. E essa parcela precisa se unir, com espírito público e patriotismo, e oferecer ao país uma alternativa”.

A transparência dos conselhos profissionais, segundo o TCU

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) lidera o ranking de transparência dos conselhos de fiscalização profissional, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O CFC disponibilizou 99,48% das informações exigidas por lei em formato aberto, alcançando o melhor desempenho entre os conselhos avaliados. A avaliação foi feita com base em um questionário formulado pelo TCU e enviado aos 29 sistemas profissionais e seus 556 conselhos federais e regionais (CFP). O formulário continha perguntas criadas para qualificar o nível de conformidade dos portais dos conselhos com a Lei de Acesso à Informação (LAI, Lei 12.527/2011), que assegura o direito fundamental de acesso a dados públicos. Em segundo lugar, o Conselho de Técnicos Agrícolas obteve 82,38%, seguido pelo Conselho de Técnicos Industriais, com 64,89%. Os conselhos de Nutricionistas e de Educação registraram 64% e 60,3%, respectivamente. “A avaliação do TCU é uma importante referência para sabermos que estamos no caminho certo”, afirma o presidente do CFC, Aécio Prado Dantas Júnior.

Menos fiscalização

Por outro lado, alguns conselhos apresentaram índices baixos de transparência. O Conselho de Medicina Veterinária ficou com 9,32%, enquanto o de Economia registrou apenas 3,70%. Os sistemas de Relações Públicas, Museologia e Economistas Domésticos estão nas últimas posições do ranking, os três sem transparência ativa nos portais de seus conselhos integrantes. Esses também são os sistemas profissionais com menos recursos financeiros.

Agência Brasília



Em sintonia

Em cartaz com o espetáculo *Eu de Você em Brasília*, a atriz Denise Fraga faz uma visita, neste sábado, às 15h, ao Jovens de Expressão, na Ceilândia. Com 17 anos de atividades, o programa já atendeu milhares de jovens entre 18 e 29 anos em todo DF com o objetivo de promover a saúde, o bem-estar, a cidadania e o empreendedorismo. O programa realiza ações de terapia comunitária, prevenção à violência, ao crime e ao uso de drogas, e atua no incentivo de práticas saudáveis e empreendedoras entre a juventude. Denise fará um bate-papo com esses jovens e vai conhecer de perto as ações e os cases de sucesso do programa.

Cacá Bernardes



95 anos de Pedro Simon

O ex-senador Pedro Simon completou ontem 95 anos, com uma homenagem organizada pelo MDB. Foi um jantar na praia de Capão da Canoa, no Rio Grande do Sul. Amigo de Simon, o procurador distrital dos Direitos do Cidadão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), José Eduardo Sabo Paes, que recentemente o recebeu em sua casa, comentou: “Hoje (ontem) é o aniversário de 95 anos de um grande amigo, uma referência para o Brasil: o sempre senador Pedro Simon com quem aprendi muito a respeito da política e da história do Brasil. Fico feliz que Deus o tem mantido com saúde junto com sua querida Ivete e seus familiares”.

Arquivo pessoal



Douglas Gomes/Ascom Liderança



Votos dos dois lados da polarização

O deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) deve ser eleito hoje presidente da Câmara dos Deputados. Aos 35 anos, o parlamentar está no quarto mandato. Ele é médico e foi eleito deputado federal pela primeira vez em outubro de 2010. Motta foi presidente da CPI da Petrobras. Ele deve receber o voto de toda a bancada do DF. Três deputados são do Republicanos, partido de Motta: Fred Linhares, Gilvan Máximo e Júlio César. O MDB, Podemos, PP, PV, PCdoB, PT e PL fecharam acordo com o candidato, o que deve garantir o voto de Bia Kicis (PL), Érika Kokay (PT), Reginaldo Veras (PV), Rafael Prudente (MDB) e Alberto Fraga (PL).

“Absurdo total. Chegamos a um ponto no Brasil em que os tribunais simplesmente ignoram a vontade popular. Afinal de contas, de que adianta o povo votar e eleger e a Justiça cassar baseada em narrativas não previstas em lei? Perseguição política, é disso que se trata. Querem exterminar a direita. Minha solidariedade a Carla Zambelli”

Deputada federal
Bia Kicis (PL-DF)



Renato Araujo/Câmara dos Deputados

“Zambelli agora se faz de vítima e fala de perseguição. Sabem o que é perseguição? Uma deputada armada correr atrás de um homem desarmado pelas ruas, na véspera da eleição. Sem anistia pra golpista! Cassação já!”

Deputada federal Sâmia
Bonfim (PSol-SP)



Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SEGURANÇA PRIVADA

Cerco às empresas irregulares

Agentes da Polícia Federal visitaram dois pontos, em Ceilândia e na Feira dos Goianos, em Taguatinga, para fiscalizar bares e comércios. Especialista alerta sobre o risco de contratar o serviço de maneira informal

» DARCIANNE DIOGO

Uma operação da Polícia Federal (PF) realizada ontem e quinta-feira contra empresas irregulares de segurança privada trouxe luz a uma série de questionamentos sobre a atuação clandestina nessa área. Dúvidas que vão desde os requisitos legais para prestar serviços até aos riscos jurídicos da contratação. Para responder aos questionamentos, o *Correio* ouviu um especialista em direito e elencou alguns artigos da Lei 14.967, de 2024, que criou o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras.

Na operação da PF, batizada de “Segurança Regional I”, os agentes visitaram dois pontos, em Ceilândia e na Feira dos Goianos, em Taguatinga, para fiscalizar bares e comércios. Além das empresas irregulares, a PF buscou identificar seguradoras que, mesmo autorizadas para prestar o serviço, empregam ilegalmente equipamentos de uso restrito, como armas de fogo.

A lei determina que a atividade de segurança privada só pode ser realizada por empresas

Divulgação/PF



A PF também buscou identificar seguradoras autorizadas que empregam ilegalmente equipamentos de uso restrito

autorizadas pela Polícia Federal, mediante comprovação da regularidade documental por meio do Alvará de Autorização de Funcionamento e do Certificado de Segurança. Com base no art. 2º

da Lei 14.967, é vedada a prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada ou autônoma. O art. 2º estabelece que esse tipo de trabalho deve ser prestado por pessoas jurídicas

especializadas ou por meio das empresas e dos condomínios edilícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada.

São considerados serviços de segurança privada, com base na

lei: vigilância patrimonial; segurança de eventos em espaços de uso comum do povo; segurança nos transportes coletivos terrestres, aquaviários e marítimos; segurança perimetral nas muralhas e guaritas; segurança em unidades de conservação; monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e rastreamento de numerário, bens ou valores; execução do transporte de numerário, bens ou valores; execução de escolta de numerário, bens ou valores; execução de segurança pessoal com a finalidade de preservar a integridade física de pessoas; formação, aperfeiçoamento e atualização dos profissionais de segurança privada; gerenciamento de riscos em operações de transporte de numerário, bens ou valores; e controle de acesso em portos e aeroportos.

Implicações

A PF informou que, se verificada a atuação irregular na segurança privada, será instaurado um processo administrativo contra o prestador de serviço. Adilson Valentim, advogado criminalista, explica como o empregador deve

lidar com eventuais ações trabalhistas de funcionários da segurança. Na avaliação do especialista, a empresa deve se precaver como qualquer outro empregador, mas com um cuidado maior. Além de verificar se o registro do funcionário está em ordem junto à PF, o contratante deve se ater a possíveis implicações pessoais.

“Quando se contrata o vigilante clandestino, para a esfera trabalhista, tampouco importa se ele exerce profissão de maneira legal ou ilegal. Se ele demandar judicialmente ou comprovar o vínculo empregatício, a empresa terá que arcar com os direitos trabalhistas”, alerta o advogado.

Quanto aos riscos jurídicos de contratar segurança privada informal, Adilson Valentim adverte. “Terá problemas com departamento da PF, poderá sofrer sanções administrativas por contratar pessoas que não são qualificadas e não têm registro na PF. Mas, além disso, o risco pessoal, porque nada garante que está contratando um profissional qualificado”, finalizou.

No site da Polícia Federal, é possível consultar se uma empresa de segurança é regular, por meio do CNPJ dela.